

Discussão de caso

Maria Inês Britto Brunello

Terapeuta ocupacional, docente de T.O. da USP, doutoranda da Psicologia Social da USP e coordenadora do Espaço Lúdico Terapêutico da USP.

Primeiramente, agradeço o convite para participar desta mesa de discussão do caso da menina K. e gostaria de aproveitar este momento para colocar uma questão que acredito ser bastante delicada: a responsabilidade e o cuidado em relação à interpretação.

Não devemos nos esquecer de que, ao recebermos a descrição de um caso, recebemos uma fotografia de uma história, recortes de momentos que fazem parte de um processo.

Sendo assim, peço permissão para fazer alguns comentários que me chamaram a atenção na história dessa menina, não esquecendo que a compreensão dos fatos só pode acontecer da forma mais sincera possível no contato direto com o outro, na relação, no envolvimento com o processo.

Começaria essa discussão levantando a seguinte questão: o que representaria essa criança na vida desta mãe? A história dessa mãe é assinalada por fatos, por vivências que deixam marcas e, em consequência, acarretam em sua vida atual sentimentos de culpa, de medo e de ameaça. Um percurso que mostra uma vida marcada por perigos, frustrações, rejeição e perdas.

Culpa, devido à tentativa de aborto quando ficou grávida de K., o que a mãe demonstrou em sua fala como algo bastante angustiante, não resolvido. Perda de amores que não continuaram (o pai de K.), de uma família

que a abandonou e a rejeitou em momentos difíceis de sua vida (momento da gravidez de K.), separação (casamento desfeito) e falta de acolhimento. Com isso, parece que projetou nessa criança o “mundo perigoso” que ela viveu, ameaçador. Busca em um homem mais velho algo que pudesse trazer uma certa tranquilidade (o marido atual é 15 anos mais velho), passando a viver, talvez, em uma “falsa” segurança. É essa segurança que ela busca garantir para sua filha. Mas essa proteção não traz um campo fértil para o desenvolvimento da criança, pelo contrário, é uma segurança que gera dependência, que tolhe a liberdade, que isola.

O atropelamento de K., aos dois anos de idade, parece marcar o momento da confirmação desse mundo perigoso, desprotegido. Mas esse fato também coincide com a confirmação das enfermeiras do hospital, quando K. esteve internada, de que ela tinha algum “problema”. É um momento em que o outro afirma a culpa dessa mãe, sua incapacidade, seu medo.

O mundo de K. passa a ser recheado de medos, de contradições e mentiras. E, como consequência, há mais fechamento dessa criança em relação a tudo que pudesse vir de fora, vir do mundo externo.

A mãe é a representante da “segurança” e, nessa relação de superproteção, de simbiose, gera uma infantilização em K., que pode ser notada nas descrições

da mãe quando relata a pouca autonomia da criança em relação à higiene, ao uso, ainda, da mamadeira e da chupeta. Enquanto ela permanecer um “bebê”, a casa ainda é o melhor lugar para ficar, o núcleo familiar é o grupo social suficiente para satisfação de suas necessidades e crescimento.

A mentira (como negação de uma realidade) aparece em cenas que poderiam quebrar, possivelmente, esse fechamento, esse ciclo estereotipado. Quando a mãe diz não ter trazido a chupeta para a sessão, mas K. a acha facilmente em sua bolsa, ou o fato de ela ter de encontrar o pai verdadeiro às escondidas são situações que, se fossem lidadas de forma clara e explícita, poderiam tirá-la dessa posição de bebê, como também possibilitar a entrada do pai nessa relação simbiótica entre K. e a mãe. A mentira contribui para a manutenção de uma situação cristalizada.

A rua é o lugar do perigo para K., mas esta representa também o exterior da relação com sua mãe, a entrada e a circulação no social. Por isso é mais “seguro” brincar sozinha, com as personagens que compõem seu próprio mundo interno. Se o perigo está assinalado no campo exterior, torna-se mais seguro manter as relações que pertencem ao interior.

O brincar para K. parece tornar-se algo fundamental, pois é um espaço protegido, onde a criança pode experimentar algumas situações que fazem parte do mundo externo, sem precisar estar realmente no enfrentamento do real.

Como diz Takatori (1999), a passagem da realidade do mundo subjetivo para a criação da externalidade ocorre a partir da sensível adaptação da mãe, do pai e do ambiente que propiciam à criança compreender que, além da realidade interna, há um mundo exterior do qual poderá obter muitos benefícios. Mas, se o externo é tão recheado de perigos, de ameaças à integração, por que, então, enfrentá-lo, se é mais seguro permanecer naquilo que já é conhecido? K. parece não ter outra opção senão isolar-se para não enfrentar a vida.

Sabemos que, no percurso de um processo normal de desenvolvimento, a criança, inicialmente, brinca sozinha, mas há alguém em quem pode confiar e lhe proporcionar segurança, para poder transitar tranquilamente, mais tarde, entre o interior e o exterior, e atingir o nível de um brincar compartilhado. Mas, se

esse adulto está impossibilitado de oferecer um suporte para o crescimento saudável da criança, onde possa ter confiança no mundo por meio de experiências criativas, há um empobrecimento de suas relações com o mundo.

Mas, nessa dinâmica de “superproteção”, parece não haver disponibilidade para ouvir essa criança. Ela passa a ocupar o lugar do problema, da não-comunicação. “Ela é assim mesmo. Não entende nada.” (sic) O que aparece, na descrição desse caso, é que a criança não é ouvida em sua fala. Fala no sentido de tudo aquilo que pode ser dito, independentemente da comunicação verbal. As produções sonoras, corporais e gestuais de K. não ganham um significado diante do outro.

Aí, podemos considerar importante pensar no campo da fala como um campo de desejo. Isto é, poder reconhecer o significado da produção da criança e que esse reconhecimento possa fazer com que a criança se perceba como produtora de sua própria mensagem. É importante assinalar à criança (e à mãe) que ela é a mensageira de uma comunicação e, assim, propiciar o aparecimento do sujeito.

O terapeuta será o intérprete, no sentido de tradutor de língua estrangeira. É necessário enxergar a criança como sujeito que percebe, sente, que tem movimento próprio e produz.

Lasnik (1997) escreve em um de seus livros uma carta que um pai encaminha à sua instituição, que diz: “Quando a fala é escutada como uma fala que tem significação, a criança pode se lançar a produzir outras, deixar desdobrar redes de sentido entre as frases. Pode, principalmente, ao construir frases, construir-se de uma maneira diferente de antes, quando sua fala caía quase que sistematicamente no vazio”.

Em relação a isso, Lacan dizia que “uma fala somente é fala na medida exata que alguém nela crê”.

E talvez o que K. precise é de alguém que realmente a escute.

Bibliografia

- LASNIK-PENOT, M.C. **Rumo à palavra**. São Paulo: Ed. Escuta, 1997.
 TAKATORI, M. **O brincar e a criança com deficiência física**. Tese de mestrado. Psicologia. USP, 1999.